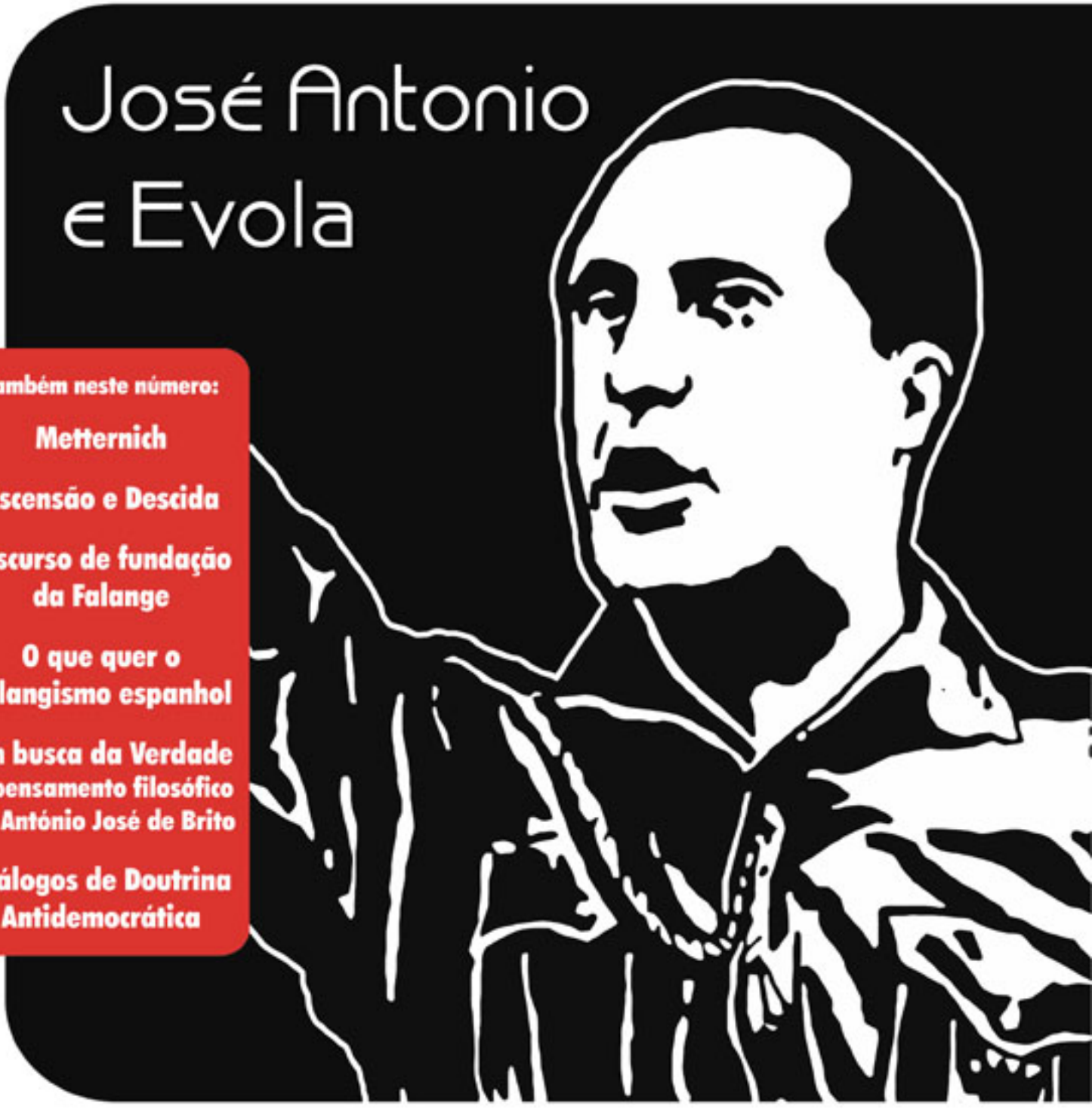
Núm. 8, 2ª Série
3º Quadrimestre 2013

boletim Evoliano

Uma única coisa deve importar ao Homem: permanecer de pé entre as ruínas



José Antonio e Evola

Também neste número:

Metternich

Ascensão e Descida

Discurso de fundação da Falange

O que quer o Falangismo espanhol

Em busca da Verdade
O pensamento filosófico de António José de Brito

Diálogos de Doutrina Antidemocrática

Editorial

Há aproximadamente uma década atrás, quando começamos a delinear aquilo que viria a designar-se por Legião Vertical, escrevemos um texto com algumas pretensões futurologistas. Nele aparecia a figura de um Velho Sábio que, sob alguma névoa, orientava a formação, desenvolvimento, bem como o número mínimo de homens necessários para que a Obra se produzisse com alguma eficácia.

Nesse texto também aparecia o ano de 2014 como o mais provável para que uma ruptura grave viesse a acontecer: colapso social e económico, catástrofe natural ou ambiental… Pelo que nos precavia para estarmos preparados.

O referido texto, de momento desaparecido, não terminava e deixava em aberto novos capítulos. Tais nunca apareceram, mas queremos pensar que o trabalho que fomos realizando, ao longo da última década, são no fundo esses capítulos não escritos.

Hoje somos mais e mais bem preparados mas sabemos que isso não chega, daí a nossa permanente insatisfação, que não sendo emotiva ou nervosa, é consciente e reflecte portanto a busca de aperfeiçoamento.

Verificamos também com alguma satisfação que outros grupos, colectivos, ou movimentos (de cá e de lá) se começam a cansar de um certo frenesim na sua forma de acção, mesmo quando esse frenesim, na realidade, reflectisse esporádicas aparições – do género: Hoje apetece-me berrar!

Recentemente recebemos a informação que além-fronteiras um novo projecto ligado à terra (agrícola…) estaria a tomar forma! A "nossa gente" começa a descobrir que é necessário marcar uma linha bem definida "no chão" com o intuito de saber quem na realidade são os nossos e com os quais podemos, e devemos, trabalhar, e para isso nada melhor que o suor que cai na terra… o sangue, esse, faz mais sentido para proteger o fruto do nosso suor (a Honra também transpira).

Está na altura de construir, é urgente que se formem clãs; clãs de monges, agricultores, artesãos e soldados. Que cada novo homem se complemente.

Saibamos tirar partido desta merdocracia através de uma subversão altiva, despreocupada mas inteligente.

A virtude é para os nossos, para o Clã.

Na capa: José Antonio Primo de Rivera

ÍNDICE

Editorial	2
Metternich	3
Em busca da Verdade: O pensamento filosófico de AJB	4
Diálogos de Doutrina Antidemocrática (nota à 2ª ed.)	6
José Antonio e Evola	8
Discurso de fundação da Falange	17
O que quer o «Falangismo» espanhol	20
Ascensão e Descida	22

FICHA TÉCNICA

Número 8 (2ª Série)

3º quadrimestre 2013

Publicação quadrimestral

Internet:
www.boletimevoliano.pt.vu
www.legiaovertical.blogspot.com

Contacto:
legiaovertical@gmail.com

Metternich

JULIUS EVOLA

A situação em Itália não parece propícia, hoje em dia, para fazer uma apreciação correcta da figura de Metternich.[1] Ele foi a besta negra do *Risorgimento*[2] e pretende-se que a Itália de hoje se tenha reerguido depois de um novo "*Risorgimento*", em referência aos aspectos mais discutíveis deste movimento. Mas, mesmo para aqueles que não partilham tais ideias, é difícil superar certos preconceitos enraizados e ter a liberdade de julgamento de que gozam alguns historiadores estrangeiros. As suas conclusões, na verdade, não deixam de estar relacionadas com os problemas e as crises da Europa contemporânea.

Entre tais historiadores pode-se citar, em primeiro lugar, Malinsky e De Poncins, que, no seu muito importante livro "A Guerra Oculta" (cuja edição italiana apareceu em 1938), apresentaram Metternich como o "último grande europeu", aquele que soube reconhecer – superando qualquer ponto de vista particularista – o mal que ameaçava toda a civilização europeia, o qual quis prevenir por intermédio de uma solidariedade supranacional das forças tradicionais e dinásticas, pois parecia-lhe que as forças subversivas também já tinham um carácter supranacional.

Entre as obras mais recentes, há que distinguir a de A. Cecil, "Metternich". Este livro é interessante não só devido à nacionalidade do seu autor – um inglês – mas também porque na sua mais recente edição, Cecil responde àqueles que apenas viram na sua tese uma provocação, salientando o significado da intenção e da acção europeias de Metternich e fazendo um balanço do que sucedeu depois do seu tempo e até à II Guerra Mundial.

Cecil escreve: "Os métodos de Metternich requerem um estudo mais sério por parte de quem está interessado em impedir a desintegração completa da Europa". É assim sobretudo a ideia europeia que Cecil analisa. É interessante observar que, para este autor, através de Metternich é reafirmada uma tradição cujo espírito é clássico, romano (pág. 446): a tradição que quer abarcar numa unidade supranacional povos diferentes, mas respeitando-os; que soube reconhecer que a verdadeira liberdade se realiza por meio de uma ordem superior e da ideia hierárquica, e não através de ideologias democráticas e jacobinas. É o próprio Metternich quem declara que "todo o despotismo é uma declaração de debilidade".

Cecil diz justamente que "quando se assinou a sentença de morte da velha Áustria, criou-se também a fórmula para a destruição da Europa". E assim o é porque a Áustria encarnava ainda – pelo menos em termos gerais – a ideia do Sacro Império Romano: um regime capaz de reunir numerosas nacionalidades sem as oprimir ou desnaturalizar. Perante a ausência de uma fórmula deste género, e face à persistência de nacionalismos exasperados e de internacionalismos devastadores, não é possível pensar que a Europa reencontre um dia a sua unidade que, aparentemente, é a condição essencial para a sua própria existência como civilização autónoma.

Metternich soube reconhecer que a democracia e o nacionalismo eram as principais forças que iriam arrasar a Europa tradicional, a não ser que uma acção radical conseguisse sufocá-las. Viu o profundo encadeamento das diferentes formas de subversão que, partindo do liberalismo e do constitucionalismo, conduziriam ao colectivismo e ao comunismo. Sobre este ponto pensava que qualquer concessão seria fatal. Aqui Cecil diz justamente que se o advento de Robespierre faz surgir Napoleão, este por sua vez cria Estaline, pois bonapartismo e totalitarismo não são o oposto da democracia mas sim – como Michels e Burnham o demonstraram – as suas consequências extremas.

Aos olhos de Metternich, a solução era a ideia do Estado como realidade elevada e fundada sobre o princípio de uma soberania e uma autoridade verdadeiras, e não

> “Metternich soube reconhecer que a democracia e o nacionalismo eram as principais forças que iriam arrasar a Europa tradicional (...) Viu o profundo encadeamento das diferentes formas de subversão que, partindo do liberalismo e do constitucionalismo, conduziriam ao colectivismo e ao comunismo.”

como simples expressão do *demos*. Metternich recusa-se a crer nas “nações”, nas quais via apenas uma máscara da revolução, um mito anti-dinástico. Quanto à sua criação, a Santa Aliança, ela foi uma última tentativa que, se assegurou à Europa uma paz fecunda durante toda uma geração, não esteve à altura do seu princípio fundador. Faltou-lhe, no fundo, uma ideia autêntica, algo que a fizesse realmente sacra e, acima de tudo, uma unidade construtiva e não sobretudo defensiva. De qualquer forma, Cecil recorda que já De Maistre tinha dito o essencial ao afirmar que não se tratava de fazer uma “contra-revolução” mas sim “o contrário de uma revolução”, ou seja, proceder a uma acção política positiva a partir de sólidas bases espirituais e tradicionais, através da qual a eliminação de tudo o que é subversão e usurpação por parte das forças inferiores seria uma consequência natural.

Assim sendo, não há dúvida de que uma ideia deste tipo, associada à solidariedade combativa de todas as forças que na nossa Europa ainda se mantêm firmes e reagem contra o vírus dos chamados “princípios imortais” (o “mal francês”, já não físico mas espiritual, para retomar a fórmula de Cecil), é a única que, se encontrar homens – e, se possível, essencialmente *soberanos* – à sua altura, pode salvar aquilo que ainda pode ser salvo da nossa civilização.

— Capítulo XXVII do livro “Ricognizioni: Uomini e Problemi”

1. Klemens Wenzel Lothar, príncipe de Metternich-Winneburg (1773-1859). Estadista austríaco que nasceu em Coblença. Durante quarenta anos foi chanceler de Francisco I e de Fernando I. Negociou o matrimónio de Napoleão I com Maria Luísa. Em 1813, pronunciou-se contra o imperador francês e contribuiu para a sua derrota. A partir de 1815 constituiu, com a Rússia e a Prússia, a Santa Aliança, e tornou-se chefe da reacção absolutista na Europa, inimigo de qualquer ideia revolucionária. Reprimiu ferreamente os movimentos liberais surgidos na Itália e na Alemanha, e mostrou-se hostil à revolta grega contra a Turquia e aos movimentos revolucionários das colónias latino-americanas. Em 1848, foi destituído como consequência da revolução que ocorreu nesse mesmo ano. (NdT)

2. Nome dado ao movimento que no século XIX levou à unificação da Itália. (NdT)

Em busca da Verdade

O pensamento filosófico de António José de Brito

Bruno Oliveira Santos

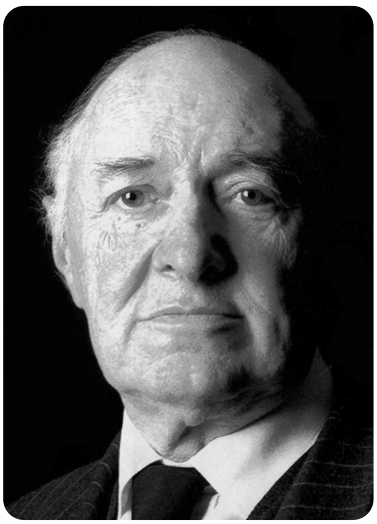
António José de Brito (AJB), desaparecido recentemente, foi um dos maiores pensadores portugueses. Professor catedrático jubilado da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, assumiu-se como doutrinador político, na linha do seu mestre Alfredo Pimenta, e delineou ao longo de várias décadas um exigente e rigoroso pensamento filosófico. São de leitura obrigatória os estudos sobre a noção principal de “insuperável”, a natureza dialéctica do processo da razão e da própria filosofia, a ideia de fundamentação em filosofia, a crítica do relativismo, os textos sobre o argumento ontológico, a refutação do “sentido da História” ou a sua concepção de direito natural.

Como escreveu Alexandre Fradique Morujão, a meditação filosófica de AJB orienta-se no sentido de harmonizar a exigência de um ponto de partida radical da filosofia, como preconizara já Descartes e modernamente Husserl, com a exigência dialéctica, de inspiração hegeliana e influência de Giovanni Gentile – e em permanente diálogo com as correntes da filosofia da linguagem e da fenomenologia, entre outras.

O doutrinador

Além da sua colaboração em diversas publicações, da “Mensagem” à “Último Reduto”, passando pela “Tempo

Presente", na qual integra o conselho de redacção, AJB editou diversos livros de doutrina política. Avultam, entre estes, o "Destino do Nacionalismo Português", de 1962, pela importância quase pedagógica para uma doutrinação do nacionalismo em Portugal; os "Diálogos de Doutrina Antidemocrática", publicados em 1975, em edição de autor, porque a ninguém interessaria tal título em pleno PREC – o que revela coerência e coragem; e "Para a Compreensão do Pensamento Contra-Revolucionário", de 1996. A principal biblioteca de pesquisa da Universidade de Oxford incluiu este último livro entre as obras fundamentais para o estudo do *pensamento conservador*, distinção pouco frequente para académicos portugueses.



IDEALISMO

Em termos de pensamento filosófico, AJB é claramente um idealista ou um neo-idealista, como o classificam certos autores. Sustenta o primado do pensamento e afirma que na filosofia põe-se com pretensão autodemonstrativa um *insuperável*.

A sistematização idealista deu os primeiros passos com Platão e Aristóteles. Mais tarde, Descartes abriu as portas a um idealismo mais rigoroso, fosse embora um realista, como o foi Kant. O próprio Berkeley, que se apresenta como o pai do idealismo, cedeu também ele à tentação do realismo, por exemplo através da passividade sensualista do *percipi*. O idealismo rigoroso surge com Fichte, Schelling e Hegel e é depois continuado, sobretudo em Itália, com Augusto Vera, Spaventa, Croce e Gentile. Idealista ou neo-idealista, como dissemos atrás, AJB sustenta que os materialistas são inimigos da razão e demonstra, com cópia de argumentos, que a existência de um culto da ciência é perfeitamente irracional.

CRÍTICA DO RELATIVISMO

Ensaiada recentemente por Bento XVI, a crítica do relativismo teve em AJB um cultor esmerado. Entenda-se aqui o relativismo como a concepção que sustenta não haver nenhuma verdade universal, antes para cada um a sua verdade, como no título da peça de Pirandello. De uma forma magistral, demonstrou AJB que tal ideia é sempre indefensável. A tese de que todas as opiniões são verdadeiras admite por força a tese de que nem todas as opiniões são verdadeiras, contradizendo-se abertamente.

De uma forma mais disfarçada, o relativismo surge hoje amiúde sob a ideia de que "tudo é relativo". Ora das duas uma: "tudo é relativo" ou é um princípio absoluto ou é um princípio relativo. No primeiro caso, não se pode sustentar que tudo é relativo porque então já existe qualquer coisa de absoluto. No segundo caso, esse princípio, sendo relativo, é finito, limitado, particular, e nessa altura não pode pretender possuir alcance universal e reportar-se a "tudo". Num caso ou noutro, diz AJB, o princípio revela-se insustentável.

A QUESTÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Numa época em que a maioria aceita e professa quase acriticamente a religião dos direitos humanos, AJB demonstrou que a mesma enferma de vários paradoxos. O eminente filósofo notava que os direitos do homem, não os direitos deste ou daquele homem, baseiam-se na natureza do homem, rigorosamente fundamentada, valendo em todos os tempos e lugares. E assim notava com estranheza que – sendo hoje a maior parte dos juristas e teóricos do direito, directa ou disfarçadamente, positivista – os direitos do homem só poderiam ter uma fundamentação jusnaturalista.

Afirmar-se-á decerto que o homem tem aqueles direitos que derivam da sua intrínseca dignidade. Mas em que consiste essa intrínseca dignidade? Um dos seus aspectos principais é possuir direitos inerentes, por si mesmo. Por consequência, os direitos do homem assentam na dignidade deste e a sua dignidade assenta em possuir direitos. Comete-se pois a falácia da petição de princípio.

Era Comte quem afirmava que "os homens só têm direito a cumprir o seu dever". Não vai tão longe a tese britiana. Mas para o pensador português, se os homens

> "Das duas uma: «tudo é relativo» ou é um princípio absoluto ou é um princípio relativo. No primeiro caso, não se pode sustentar que tudo é relativo porque então já existe qualquer coisa de absoluto. No segundo caso, esse princípio, sendo relativo, não pode pretender reportar-se a «tudo»."

têm direitos são os que derivam dos seus deveres: o direito de servir o verdadeiro e o justo, o direito de ser governado convenientemente, o direito de devotar-se ao bem comum. Estes direitos não encerram paradoxo algum.

A partir destas deduções, AJB desmonta com elegância outras construções modernas, como o valor da liberdade, da pessoa humana ou da própria democracia.

O LEGADO

Deixa-nos assim AJB um importante legado cultural. Foi um pensador original e fecundo, com estudos notáveis sobre o Integralismo Lusitano, o fascismo e o pensamento contra-revolucionário. Muito desse labor aproveitará hoje às correntes políticas nacionalistas. Em artigos e outros trabalhos, evocou autores proscritos como Pimenta e Sardinha. Homenagear quem está no pináculo da ventura e da fama é moeda corrente e hoje até sonante. Já lembrar nomes malditos, a quem a roda da fortuna desandou no invalimento e na desgraça, é bizarria de ânimo, própria só de homens de têmpera. Era assim o velho mestre. Ele foi um dos que se souberam manter de pé no meio de um mundo em ruínas.

Diálogos de Doutrina Antidemocrática

(Nota à 2ª edição de 2009)

ANTÓNIO JOSÉ DE BRITO

Os *Diálogos de Doutrina Antidemocrática* foram publicados a minhas expensas durante o animado período do PREC em que se procedeu alegremente à destruição de Portugal.

Era um livro de ideias e, por isso, não encontrou repercussão nenhuma no chamado público, muito preocupado com a oratória do incendiário mental Sr. Vasco Gonçalves, as ameaças do grande Sr. Otelo Saraiva de Carvalho, ou as inteligentes congeminações do resplandecente Sr. Melo Antunes, inspirador, ao que parece, do *Documento dos Nove*, uma salada altamente pitoresca em cuja redacção, se disse, colaborou também a Exma. Sr.ª Dr.ª Maria de Lurdes Pintassilga.

Em plena manifestocracia, onde a preocupação era arrebanhar multidões para um lado ou para o outro a ver quem fazia barulho mais estrondoso e arrebanhava massas mais volumosas, as controvérsias de princípios não empolgavam ninguém. Assente, dogmaticamente, a intangibilidade de Abril e benemerência extraordinária do Movimento das Forças Armadas, composto por profissionais da guerra que acima de tudo não desejavam combater, as celebrações, as comemorações ocupavam o tempo todo. Ouem queria dedicar alguns minutos, poucos que fossem, a pensar? Vivia-se numa agitação frenética que seria inteiramente cómica se não fosse interrompida por alguns episódios trágicos e o sangue não começasse a correr com abundância nas províncias portuguesas de além-mar.

Tudo foi sossegando, os comunistas, satisfeitos, acomodaram-se, após terem conseguido desmembrar a nossa pátria, conforme era do interesse da pátria deles, a URSS.

Cunhal achou que gramara na vida maçadas suficientes (já no 28 de Setembro, prudentemente, recolhera à embaixada de Cuba, não fosse o diabo tecê-las) e os soviéticos não estiveram para arriscar uma guerra só para possuírem num cantinho da Península Ibérica um satelitezinho abjecto.

Assim, o Evangelho de S. Marx, ao invés do que eu temia, não passou a ser lei divina no ex-Portugal. (…)

Não sendo dominante o evangelho de S. Marx, um outro recebe a adoração da generalidade dos habitantes do rectângulo. É o evangelho democrático. Quem o não perfilha é excomungado e mais ou menos marginalizado. A democracia assumiu foros de religião. E não se pense que é uma religião que não faz uso do braço secular. Sem dúvida, proclama tal uso uma selvajaria, só própria de eras ainda não iluminadas pelo esplendor da nossa civilização, a civilização da bomba atómica. Porém, o que ela diz é uma coisa, outra é o que faz. A democracia condena as fogueiras da Inquisição, mas aprova as fogueiras de Dresden, Hamburgo, Colonia, etc. Acha as cruzadas uma coisa indigna e um papa (democrata claro) pede desculpa pelas mesmas embora não tenha uma palavra de censura para o que o Sr. Eisenhower, inteiramente insuspeito na matéria, baptizou de *Cruzade in Europe*. E assim por diante. Escandalizam-se com a Gestapo, a Ovra, a Pide, e simultaneamente atribuem às suas polícias métodos e poderes

semelhantes. Lembremos só num exemplo brevíssimo o que se passa no Iraque e em Guantánamo. Em resumo, a democracia berra contra a violência na altura exacta em que a emprega.

Claro que tomamos aqui democracia, não como simples forma de governo, mas como uma concepção axiológica. De resto, uma e outra estão interligadas. O governo do povo pelo povo implica obviamente que os homens tenham liberdade de formar partidos e agrupamentos, isto é, sejam dotados de liberdade de reunião. E, para formarem livremente os seus partidos ou agrupamentos, é indispensável que circulem sem obstáculos os ideais ou doutrinas em volta dos quais aqueles se aglomerem, logo, é indispensável a livre expressão do pensamento.

Qual o fundamento, porém, de tais liberdades? Obviamente, a imensa dignidade dos seus titulares, os homens, as pessoas humanas. Cada homem, cada pessoa humana, será uma espécie de deusinho intangível e autónomo (claro que com excepção de umas pessoas humanas chamadas fascistas que, nem vale a pena discuti-lo, não têm obviamente a dignidade inerente a todas as pessoas humanas). Torna-se patente que tais deusinhos não podem ser governados senão por si próprios e voltamos ao começo, à democracia enquanto regime.

Quer dizer, o regime exige uma certa axiologia e, por seu turno, a axiologia postula o regime. Por outras palavras, a democracia implica a ética filosófica personalista e a ética filosófica personalista tem a concretização na soberania popular. Implicação recíproca que significa igualdade. Designaremos, pois, pelo termo único de democracia o que envolve a um tempo a fundamentação ética e a sua expressão política.

Da democracia, expusemos nesta obrinha as intrínsecas contradições e ilogismos. Com toda a humildade utilizamos a forma dialogal seguida por grandes mestres como Platão, Giordano Bruno, Schelling e outros a que estamos a anos-luz de distância.

A propósito do final dos *Diálogos*, quero traçar agora com muita, muita brevidade, alguns esclarecimentos.

Podia objectar-se que se a democracia é absurda, não existiria (tal como o círculo quadrado). E então, para quê combater a democracia? Eu respondo nos *Diálogos* que há que distinguir entre o absurdo deontológico que envolve sempre uma certa realidade, e o absurdo ontológico.

A distinção não me satisfaz agora. Não irei aqui proceder a uma larga digressão filosófica. Direi apenas que a realidade intencional do absurdo, ético ou não, está sempre presente conforme ensina Husserl. Simplesmente trata-se de uma intenção que não consegue jamais preenchimento. Assim, há quem procure efectivar o círculo quadrado ou o ferro de madeira, mas jamais o conseguirá.

Análoga coisa se passa com a democracia. Só que em grau muito maior. Procurar dar, ser objectivo e concreto à democracia é impossível, mas conduz à hipocrisia manifesta ou à aberta tontice e tolice. Um exemplo: "liberdade para todos" prega-se como norma, norma que existe, existe em palavras com as seguintes consequências: ou a liberdade para todos é verdadeiramente para todos, auto-aniquilando-se ao considerar legítima a liberdade dos inimigos da liberdade e, logo, a liberdade de destruir esta última, e estamos perante um grosseiro paralogismo; ou a liberdade para todos é sinónimo de liberdade apenas para os que forem partidários da liberdade e eis-nos, aos gritos de liberdade para todos, a conceder apenas a liberdade para uns tantos numa clara manifestação de tartufismo.

Idêntica coisa se passa com outros lemas democráticos cujo conjunto forma a democracia que não se pode dizer que não existe. Existe enquanto intencionalidade mental que nunca pode ser preenchida por qualquer objecto. É o que mais ou menos ensina Husserl relativamente ao círculo quadrado. As tentativas de dar efectividade ao círculo quadrado (ou ferro de madeira) falham sempre, mas estão aí enquanto tentativas, fazendo desorientar as mentes ou servindo de pretexto para tirar proveitos explorando os ingénuos que lhes dão crédito. O estado de espírito democrático decerto existe mas numa existência que oscila entre a má-fé e a inconsciência. Em resumo: diz-se que não é preciso combater a democracia porque a democracia não existe. Responda-se: a democracia existe com a existência *sui generis* do erro e da contradição que se pretendem apresentar como verdade e que nessa medida precisam de ser desmascarados.

Aí fica o esclarecimento-rectificação. É óbvio que me mantenho imutavelmente fiel ao meu anti-democratismo de sempre. Não digo como alguns imbecis dizem do Nacional-Socialismo (perdoai-lhes, senhor, porque não sabem o que dizem) que é o mal absoluto, mas sim que a democracia é uma série de disparates e ilogismos. Lá isso é: disparates e ilogismos de que se aproveitam os grandes espertalhões da política para explorar a multidão dos tolos e ingénuos.

Este livrinho é uma voz clamando no deserto. Que alguns a escutem e já morro satisfeito.

José Antonio e Evola

Eduard Alcántara

Os inúmeros trabalhos que, ao longo de tantas décadas, foram sendo feitos acerca do pensamento de José Antonio Primo de Rivera, primeiro Chefe Nacional da F.E. de las J.O.N.S., têm analisado as posições que, aquele que foi um dos fundadores da Falange Espanhola, defendia a propósito de questões relacionadas com as esferas do político (assim, com minúscula), do social e do económico. Também não faltaram ensaios – embora em menor número – sobre as suas posições em relação a matérias que poderão oscilar entre o, digamo-lo assim, filosófico-cultural e o religioso.

Em nossa opinião quase todos estes trabalhos padecem de algo essencial, pois não souberam, ou não puderam, vislumbrar que todo o pensamento de José Antonio tem por base uns fundamentos e umas raízes que vão muito mais além do momento histórico e político no qual foi formulado e inclusivamente muito mais além das etapas históricas nas quais começaram a aparecer as primeiras tentativas sérias daquilo que acabariam por ser os pilares do nosso actual mundo moderno; pilares sob a forma de contravalores e de instituições e correntes ideológico-culturais antitradicionais. Sim, contrários à Tradição, assim, com maiúscula. Isto é, contrários a uma maneira de viver e de perceber o mundo e a existência que considera Realidades que superam o plano meramente material.[1]

Não só constatamos que "o pensamento de José Antonio tem por base uns fundamentos e umas raízes que vão muito mais além do momento histórico e político no qual foi formulado…" como também afirmámos que não só "vão muito mais além" retrocedendo no tempo, mas que se encontram acima do tempo, acima do devir, acima do fluir contínuo do perecedouro, do mundo manifestado e condicionado, acima – segundo a expressão dos textos sagrados do hinduísmo – do *samsara*. E isto acontece porque ao estarem em sintonia com a essência da Tradição adquirem uma natureza intemporal, eterna e imperecedoura.

Como encontramos uma ingente e, talvez para alguns, surpreendente similitude entre o pensamento de José Antonio e a maneira pela qual o italiano Julius Evola entende e nos transmite o núcleo e os segredos da Tradição, não será descabido que seja o próprio autor transalpino a aclarar aquilo que devemos entender por Tradição. Assim, em "Os Homens e as Ruínas" (1954) escreve: "No seu significado verdadeiro e vivo, tradição não é um conformismo supino perante o que já passou, ou uma inerte persistência do passado no presente. A Tradição é, na sua essência, algo meta-histórico e, ao mesmo tempo, dinâmico: é uma força geral ordenadora em função de princípios possuidores do carisma de uma legitimidade superior – se se quiser, pode dizer-se também: de princípios do alto – força que actua ao longo de gerações, em continuidade de espírito e de inspiração, através de instituições, leis, ordenamentos que podem também apresentar uma notável variedade e diversidade".

A adesão de Evola à cosmovisão inerente à Tradição corresponde a um impulso para o Transcendente que desde tenra idade sentiu no seu interior. Este impulso correu em paralelo a outro que o ligava a uma maneira activa de entender a existência. Em "O Caminho do Cinábrio" (1974), ele fala-nos desta dupla equação pessoal que desde muito cedo lhe marcou as linhas daquilo que acabaria por ser a sua maneira de perceber e de viver o mundo. Equação pessoal que o faria defender "a via da acção" como o caminho a escolher para transitar pela vereda do descondicionamento e do desapego do eu prévio à transfiguração ou palingenesia interior e à identificação com o Princípio Supremo, com o Absoluto incondicionado.

A "via da acção", a "via do guerreiro" ou (voltando a deitar mão à terminologia do hinduísmo) a "via do xátria",

> “Em consonância com este modelo humano do cavaleiro em busca do Espírito, podemos ter bem presente aquela definição feita por José Antonio a propósito do homem novo que se pretendia forjar como «metade monge, metade soldado»”

mais do que a partir da óptica da acção exterior, deve ser entendida sob o prisma da acção interior. Há que entendê-la como ascese, como trabalho interno metódico, rigoroso, como exercícios constantes tendentes a conseguir a autarcia do praticante em relação ao mundo das paixões, das preocupações, dos sentimentos, dos impulsos, dos instintos e dos sentidos. Trabalho interno que, após este disciplinado processo de – permitam-nos a expressão – profilaxia da alma e, portanto, de autodomínio e autocontrolo, terá como objectivo seguinte o conhecimento de realidades cada vez mais subtis e afastadas da realidade física captada pelos nossos sentidos e como fim último a Gnose da Realidade Suprema, incondicionada e eterna que se encontra na origem de todo o mundo manifestado, ao mesmo tempo que também terá como fim último a identificação total da Pessoa com dita Realidade Suprema; isto é, a Iluminação ou Despertar de que nos fala o budismo.

Todos os valores e atributos consubstanciais ao tipo humano do guerreiro tornam-no mais apto que qualquer outro para transitar por este árduo caminho, pelo qual poucos passos (ou nenhum) se poderão dar sem essas boas doses (tão indissociáveis ao xátria) de espírito de sacrifício, de vontade, de marginalização do eu em prol da consecução de um objectivo não particular, de heroísmo e de uma valentia que comporta a superação de medos, pavores e complexos; medos que irão aparecendo em alguns estádios deste processo iniciático de descondicionamento e desapego porquanto dito processo implica o desligamento dos suportes existenciais em que o homem vulgar costuma apoiar o seu condicionado transcorrer pela vida.

É por tudo isto que a “via da acção” foi associada ao arquétipo do guerreiro e é por tudo isto que a consideramos como a única viável para empreender a empresa que consiste em alcançar a autonomia da alma – ou mente – em relação a tudo aquilo que a pode limitar; autonomia que converterá o iniciado nestas lides em Autarca ou Senhor de si mesmo.

O caminho oposto a este não pode, por oposição, ser outro que não o da “via passiva” (talvez confusamente muitos tenham chamado a este caminho oposto “via contemplativa”), que não pode nunca aspirar a nada mais que não seja a simples fé, crença ou devoção na divindade ou, no máximo, a estados de arrebatamento extático-místico nos quais a alma, longe de ser Senhora de si mesma, é objecto de um perturbador enceguecer.

A preeminência da dimensão interior da “via do guerreiro” comentada alguns parágrafos mais acima não nos deve fazer ignorar a sua dimensão exterior e não nos deve, portanto, fazer esquecer aquelas sagas nas quais o guerreiro e/ou o cavaleiro iam passando por todo o tipo de aventuras e superando uma série de provas que não eram nem mais nem menos que o reflexo externo daquelas mudanças descondicionadoras e transmutadoras que ia experimentando no seu interior; ao mesmo tempo que estas provas externas lhe serviam de apoio para facilitar ditas mudanças interiores. Não podemos, em consequência, esquecer-nos, por exemplo, do ciclo arturiano e do Graal e não podemos, tão-pouco, esquecer-nos daqueles cavaleiros monges que nas ordens religioso-militares do Medievo, como o foram a do Templo, optaram pela “via da acção” como caminho a seguir tendo em vista a consecução da transubstanciação do eu condicionado em Ser descondicionado.

E em consonância com este modelo humano do cavaleiro em busca do Espírito, que podemos ver profundamente tratado por Evola na sua obra “O Mistério do Graal” (1937),[2] podemos ter bem presente aquela definição feita por José Antonio a propósito do homem novo que se pretendia forjar como “metade monge, metade soldado” ou reproduzir outras afirmações suas como a efectuada a 6 de Novembro no Parlamento espanhol: “É verdade, não existem mais do que duas maneiras sérias de viver: a maneira religiosa e a maneira militar – ou, se quiserem, uma só, porque não há religião que não seja uma milícia, nem milícia que não esteja caldeada por um sentimento religioso”.[3]

José Antonio, tal como Evola, pareceu sentir no seu interior a mesma dupla força formativa: a da acção e a da espiritualidade. Assim, pelo que diz respeito à acção e em relação directa com o arquétipo do guerreiro, reza o ponto 26 da Norma Programática da Falange que “O seu estilo

> “Coincidem igualmente Evola e José Antonio na sua admiração pela Roma antiga. Para o primeiro, na sua fundação e em boa parte do seu decorrer histórico concorrem a força e os valores formativos da Tradição. Para o segundo, Roma representa medida e geometria.”

[da Falange] será directo, ardente e combativo. A vida é milícia, e é preciso vivê-la com um ardente espírito de serviço e de sacrifício” (Norma programática assinada por José Antonio e que exsuda o seu estilo pessoal). E pelo que se refere à espiritualidade, já no discurso de fundação (29 de Outubro de 1933) do movimento político que acabaria por liderar dizia que “só se respeita a liberdade do homem quando ele é considerado, como nós o fazemos, portador de valores eternos; quando se vê nele uma alma que é capaz de salvar-se ou de se perder”.[4] E, na mesma tónica, pode ler-se nos chamados “Pontos Iniciais” da Falange, publicados em 7 de Dezembro de 1933 e que também exalam o estilo e o pensamento de José Antonio, pode ler-se, dizíamos, que “A Falange Espanhola considera o homem como conjunto de um corpo e uma alma; isto é, capaz de um destino eterno, portador de valores eternos”.

É bem sabido que o tipo de espiritualidade reivindicado por Julius Evola é incompatível com o tipo contido no cristianismo das origens e, em boa medida, com o que esta religião defendeu nas últimas centúrias. Ao cristianismo primigénio chegou mesmo a defini-lo como “anarquismo das origens” e criticou sem paliativos o seu carácter de pacifismo pusilânime, de igualitarismo anti-hierárquico e a sua moral de escravos. Não obstante, Evola pôde ver no catolicismo da Idade Média apontamentos de compenetração com a essência e com os valores da Tradição: com a ideia de hierarquia, com a ética cavaleiresca e com o elemento esotérico; embora, sobretudo este último aspecto, à margem e apesar da Igreja oficial. A atitude não tacanha do nosso autor italiano face ao cristianismo pode-se conferir em reflexões suas como as efectuadas durante a sua estância na cartuxa de Hain (Alemanha, Fevereiro de 1943), onde escrevia que “não é buscando compromissos com o pensamento «moderno» e inclusive com as ciências profanas de hoje em dia, e sim desapegando-se decididamente, insistindo tão só no ponto de vista da ascese, da pura contemplação e da transcendência, que a Igreja poderá quem sabe, dentro de determinados limites, voltar a converter-se verdadeiramente numa força e assegurar-se assim uma inviolável autoridade”.[5]

Posições semelhantes podem-se observar também em José Antonio quando, por um lado, se pode ler no ponto 25 da aludida Norma Programática que “O nosso movimento incorporará na reconstrução nacional o sentimento católico cuja tradição é gloriosa e predominante em Espanha”, mas por outro lado afirmava, no decurso de uma conferência pronunciada em 3 de Março de 1935 em Valladolid, que: “o cristianismo era a negação dos princípios romanos; a religião dos humildes e dos perseguidos, capaz de negar ao César a sua divindade e dignidade sacerdotal. O cristianismo minou os cimentos da Roma agitada”.

Coincidem igualmente Evola e José Antonio na sua admiração pela Roma antiga. Para o primeiro, na sua fundação e em boa parte do seu decorrer histórico concorrem a força e os valores formativos da Tradição, bem como instituições adaptadas a esta última e servidoras da mesma. Para o segundo, Roma representa medida e geometria. José Antonio é um classicista e Roma é a encarnação desse classicismo em oposição a um romantismo em relação ao qual a sua disposição pessoal se encontra nos antípodas.

Como detalhe ilustrativo desta adesão à romanidade, no seio da Falange este seu primeiro Chefe Nacional é sempre referido pelo seu nome de baptismo, não pelo seu apelido. Faz-se assim tal e qual se fazia com os césares de Roma: com Júlio César, com Octávio…

Acabamos de fazer alusão ao distanciamento de José Antonio em relação ao romantismo e aqui se fundamentam algumas discrepâncias que manteve em relação aos fundamentos do nacional-socialismo, afirmando que “O movimento alemão é do tipo romântico; o seu rumo, o de sempre; daí partiu a Reforma e inclusive a Revolução Francesa, pois a declaração dos direitos do homem é cópia decalcada das Constituições norte-americanas, filhas do pensamento protestante alemão” (conferência, já citada, de 3 de Março de 1935).

Evola, igualmente, contempla o romantismo como mais um produto do deletério e dissolvente mundo moderno. Essas paixões e sentimentos que o Homem Diferenciado da Tradição conseguiu dominar são exacerbados e enaltecidos pelo romantismo. Como exemplo significativo da

oposição de Evola face a esta corrente cultural podemos recordar a expedita crítica que no seu livro de 1961, "Cavalgar o Tigre", realiza à música de Wagner, por ser, entre outras coisas, melodramática, e à de Beethoven, por ser trágico-patética.

Exposto, como o fizemos, o tema do nacional-socialismo deveríamos indicar que Evola considera que a grande importância que durante o III Reich foi dada, por parte de certos ideólogos, ao tema da raça biológica implica um elemento igualitarista, porquanto é a pertença a um determinado tipo racial que outorga a principal legitimidade enquanto cidadãos do Reich. Para Evola dever-se-ia, pelo contrário, sobrepor à "raça do corpo" a "raça da alma" e a esta a "raça do espírito". Assim, criar-se-iam, deste modo, outros critérios diferenciadores no seio da comunidade. Criar-se-iam critérios que acabariam por conformar uma clara hierarquia na qual acima dos indivíduos que unicamente cumpriram com os atributos e requisitos estabelecidos para a "raça do corpo", se encontrariam escalonadamente situados aqueles membros da comunidade que, em maior ou menor grau, cumpriram com os valores próprios da "raça da alma", tais como o heroísmo, o valor, o espírito de serviço e sacrifício, a abnegação, a sinceridade, a vontade, a força de ânimo, a constância… E ainda acima daqueles que desenvolveram convenientemente os valores próprios da "raça da alma" encontrar-se-iam as pessoas que tivessem sido capazes de actualizar as potencialidades da "raça do espírito" ou, dito de outra forma, que tivessem conseguido percorrer o trajecto inteiro que leva (depois do descondicionamento em relação ao externo e ao subconsciente e ao inconsciente) ao Conhecimento e à identidade total com o Princípio Supremo e eterno. Os poucos que conseguissem chegar a esta meta ocupariam a cúspide da pirâmide social em que se deveria apoiar o Estado, tal como sempre ocorreu no mundo Tradicional.[6]

Têm-se, assim, critérios anti-igualitários e diferenciadores em oposição ao nivelador e igualitário que resulta da fixação na raça biológica ou "raça do corpo". Critério igualitário que faz com que a totalidade da comunidade se encontre, repetimos, legitimada no seio do Estado e, em consequência, em igual medida representada. E critério que, no mesmo discurso várias vezes citado (e pronunciado em Valladolid), levou José Antonio a dizer, em sentido crítico, que a "Alemanha vive numa superdemocracia" e que levava Evola a falar da prevalência e da exaltação do *demos*; ou, o que é o mesmo, da massa indiferenciada.

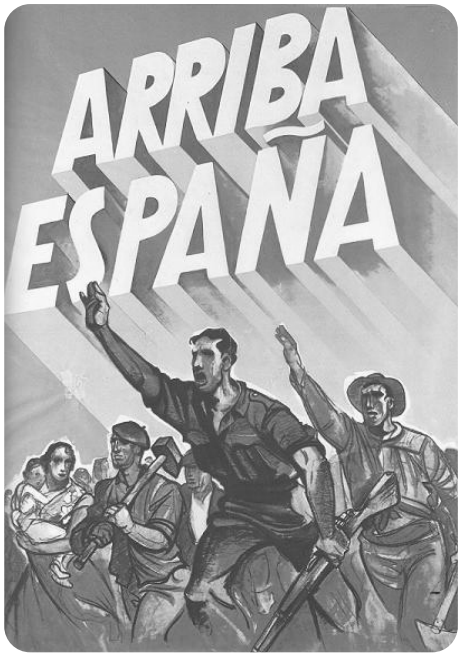
Em harmonia com esta posição, digamo-lo assim, anti-democrática mantida por José Antonio e em consonância com as pretensões de querer articular o tecido social de maneira hierárquica, desde o alto da pirâmide e tendo como ponto de referência os mais altos valores, da mesma forma que de acordo com a mentalidade classicista que já referimos, este que foi um dos fundadores da Falange assegura, na dita conferência, referindo-se à Itália do período fascista, que "Roma passa pela experiência de possuir um génio de mente clássica, que quer configurar um povo desde cima".

O que se vem comentando nos últimos parágrafos não queremos que seja interpretado como pinceladas que denotariam por parte dos nossos dois autores uma oposição integral ao mundo cultural e político que dirigiu e/ou se desenvolveu no seio do III Reich e/ou formou parte do seu amplo tecido. E não pretendemos que se possam extrair estas conclusões de repúdio geral visto que tanto Evola como José Antonio souberam encontrar elementos, intenções, objectivos e instituições válidos na Alemanha nacional-socialista. Mas se analisamos determinados factores que são problemáticos na opinião dos dois autores foi, basicamente, para salientar novos pontos em comum na cosmovisão que ambos partilhavam.[7]

Sem deixar o fio do classicismo próprio de José Antonio e definido pelo exacto, pelo severo, pela linha ou pelo recto, bem devemos falar do conceito de Pátria que ele defende, pois trata-se de um conceito afastado do sensual e do apego à terra (afastado, por conseguinte, de qualquer veleidade própria do romantismo) e próximo da ideia clássica do *Imperium*. Podemo-lo comprovar num artigo por ele escrito sob o título de "A gaita e a lira", publicado em 11 de Janeiro de 1934, no qual podemos ler: "não há nessa sucção da terra uma venenosa sensualidade? (…) É o tipo de amor que convida a dissolver-se. A amolecer. A

> "A fixação na raça biológica levou José Antonio a dizer, em sentido crítico, que a «Alemanha vive numa superdemocracia» e levava Evola a falar da prevalência e da exaltação do demos; ou, o que é o mesmo, da massa indiferenciada."

chorar. Que se dilui na melancolia quando a gaita chora. (…) É elementar impregnação no telúrico. (…) (O patriotismo) tem que ser o mais difícil; o mais depurado de bagatelas terrenas; o mais agudo e limpo de contornos; o mais invariável. Quer dizer, tem que cravar as suas escoras, não no sensível, mas sim no intelectual. (…) Vejamos (na pátria) um destino, uma empresa… Sem empresa não há pátria. (…) Cala a lira e soa a gaita (…) Emudecem os números dos impérios – geometria e arquitectura – para que assobiem a sua chamada os génios da desagregação, que se escondem de baixo dos fungos de cada aldeia".



José António afirmava igualmente, num "Ensaio sobre o nacionalismo", datado de 16 de Abril de 1934, que "(para o romantismo) o que determinava uma nação eram os seus caracteres étnicos, linguísticos, topográficos, climatológicos."

Evola escrevia no capítulo intitulado "O espaço. O tempo. A terra", de "Revolta Contra o Mundo moderno", que: "Em tais seres (entenda-se: os homens vulgares) predomina o colectivo, seja como lei do sangue e da estirpe, seja como lei do solo. Ainda que se desperte no entanto neles o sentido místico da região à qual pertencem, tal sentido não irá além do nível do mero «telurismo»."

Há outra questão que Evola nos apresenta em "Os Homens e as Ruínas" e que ele denomina como "escolha das tradições" de cuja tese podemos ver um bom exemplo num dos considerados como "papéis póstumos" (escritos na prisão) de José Antonio, cujo cabeçalho é "germanos contra berberes". Diz-nos o Tradicionalista italiano que na extensa história dos países se costumam encontrar feitos, momentos e períodos históricos que são marcados pelo selo de uma determinada concepção do mundo e da existência ou pelo selo de outra de índole diametralmente oposta. Diz-nos que, em ocasiões, é o que ele denomina como "luz do norte" o que impregna o tecido social, as instituições, os valores, os feitos e, em definitivo, a cosmovisão numa dada comunidade e, pelo contrário, noutros casos e períodos históricos é a "luz do sul" que deixa a sua marca no seio de dita comunidade. Diz-nos que a chamada "luz do norte" viria associada a conceitos tais como a hierarquia, a diferença, a verticalidade, o solar, o estável, o imutável, o eterno, o imperecedouro, o patriarcal e a valores como a honra, o valor, a disciplina, o heroísmo, a fidelidade… E que a chamada "luz do sul" embandeirava conceitos tais como o igualitarismo, o uniforme e amorfo, o horizontal, o lunar, o instável, o mutável, o caduco, o perecedouro, o matriarcal, o sensual, o instintivo, o hedonista, o concupiscente… E diz-nos que uma das funções de um verdadeiro Estado deve ser efectuar uma acertada "escolha das tradições" que sirva de referência construtiva e de força formativa para os seres que dirige e estrutura. Quer dizer que o Estado deve saber discriminar que períodos, feitos e personagens da sua história devem ser reivindicados e quais devem ser descartados; nem é necessário aclarar que se deve optar por aqueles marcados pela "luz do norte".

Evola reivindica para a história de Itália boa parte da antiga Roma e, por exemplo, descarta, por liberal e antitradicional, o período oitocentista do *Risorgimento* que acabará com a unificação da Península Transalpina. Além disso atribui à hegemonia e reaparição do espírito consubstancial ao substrato pré-indo-europeu existente em terras italianas antes da aparição e triunfo de Roma, atribui-lhe, assinalávamos, os momentos crepusculares da própria Roma e o resto das etapas históricas e dos episódios negativos – desde a óptica da Tradição – para a Itália.

José Antonio, no citado escrito "Germanos contra berberes" coloca por trás das grandes façanhas da história de Espanha o espírito germânico ("luz do norte") presente nela e, nesta linha, atribui-lhe a Reconquista de uma Península Ibérica que havia caído sob a égide muçulmana e atribui-lhe, também, a conquista da América. Enquanto que outros períodos nefastos da história hispânica (coincidentes com a sua decadência como potência mundial) e certas decadentes tendências político-culturais são atribuídas ao influxo preponderante de certo substrato de mentalidade levantina; impregnado, portanto, pela "luz do sul".

"Muitas das posições angulares expostas, de forma constante, no corpus doutrinário apresentado por Evola tais como o fundamento metafísico do mesmo ou a sua rejeição das excrescências do mundo moderno, como o positivismo, o dogma da «vontade popular» ou a ideia de progresso, podemos encontrá-las em José Antonio sem termos de nos dispersar na busca de diferentes textos."

Nesta ordem de coisas, e como reflexo fiel da "luz do sul", Evola, no capítulo XIV de "Os Homens e as Ruínas", fala da "Itáliazita dos bandolins (…) do *sole mio*…" É com esta mesma intenção que José Antonio critica a "Espanha de opereta" ou de "fanfarra e pandeireta", bem como "aquele provincianismo de *tute*[8] e chicória e esse canto flamenco que se pronuncia em andaluz e que foi inventado entre Madrid e San Martín de Valdeiglesias", sobre o qual, sob a forma de brinde, escrevia em 24 de Fevereiro de 1935, homenageando o poeta Eugenio Montes.

Contra isto ergue-se um tipo humano reivindicado por ambos e que reúne os atributos afectos à "luz do norte", sempre, como não poderia ser de outra forma, de acordo com a filiação clássica dos nossos dois autores. Assim, enquanto José Antonio na "Carta aos militares de Espanha" – datada de 4 de Maio de 1936 – nos recorda do "antigo povo espanhol (grave, corajoso, generoso)", ou num discurso pronunciado em Sevilha, a 22 de Dezembro de 1935, refere-se a "essa veia inesgotável do heroísmo individual que conquistou a América", assim como num escrito ("O sentido heróico da milícia") de 15 de Julho de 1935, fala "do coração, ansioso de luta e de sacrifício", tal como noutras ocasiões exalta "o laconismo militar do nosso estilo" ou "o espírito de serviço e de sacrifício" (discurso de fundação de 29 de Outubro de 1933), ou esclarece que o estilo da Falange "preferirá o directo, ardente e combativo" ("Norma Programática" de Novembro de 1934), assim, por outro lado, na mesma linha e sempre como atributos da "raça da alma", podemos ler em Evola que o antigo tipo romano de raça nórdico-ariana caracterizava-se pela "ousadia constante, o autodomínio, o gesto conciso e ordenado, a resolução tranquila e meditada, o sentido da liderança ousada", cultivava "a *virtus* como virilidade intrépida e força, a constância, a sábia reflexão, a disciplina, a dignidade e serenidade interior, a fidelidade, o gosto pela acção precisa e sem ostentação…" ("Orientações para uma educação racial", capítulo "O arquétipo da nossa raça «ideal»").[9]

Muitas das posições angulares expostas, de forma constante, no *corpus* doutrinário apresentado por Evola tais como o fundamento metafísico do mesmo ou a sua rejeição das excrescências do mundo moderno, como o positivismo, o dogma da "vontade popular" ou a ideia de progresso, podemos encontrá-las em José Antonio sem termos de nos dispersar na busca de diferentes textos, pois em poucas linhas afirma que no século XIX "até desprezavam, por obra do positivismo, a Metafísica. Assim, foram elevados a absolutos os valores relativos, instrumentais: a liberdade – que anteriormente só era respeitada quando se dirigia ao bem –, a vontade popular – que se supunha ser sempre dotada de razão, independentemente do que quisesse –, o progresso – entendido na sua manifestação material técnica" (discurso proferido em 21 de Janeiro de 1935 em Valladolid).

E uma vez que acaba de aparecer a ideia de "liberdade" poderíamos apontar outra coincidência, porventura curiosa, que, a propósito do liberalismo, volta a unir os pensamentos apresentados pelos nossos dois homens. Partindo da rejeição frontal, por parte dos dois, do liberalismo como um dos subprodutos mais dissolventes gerado pelo mundo moderno e que nas revoluções americana e francesa encontra a sua consolidação e impulso definitivos, partindo, escrevíamos, dessa rejeição pode chamar a atenção o facto de ambos os autores considerarem a existência de um primeiro liberalismo que teve a sua justa razão de ser. Podemos comprovar este ponto quando José Antonio defende que aquele liberalismo inicial aspirava "apenas a levantar uma barreira contra a tirania" (conferência proferida em Madrid, em 9 de Abril de 1935) e quando Evola explica que: "É sabido que tais origens encontram-se na Inglaterra, e pode-se dizer que os antecedentes do liberalismo foram feudais e aristocráticos: há que fazer referência a uma nobreza local ciosa dos seus privilégios e das suas liberdades, a qual, a partir do Parlamento, tratou de se defender de qualquer abuso da Coroa" (artigo aparecido na publicação *Il Borghese*, com data de 10 de Outubro de 1968 e intitulado "As duas faces do liberalismo", do qual existe uma tradução em castelhano, fornecida pelo Centro de Estudos Evolianos).

Este liberalismo positivo primitivo iria degenerar numa

> *Poderíamos continuar a expor, até limites difíceis de perscrutar, as precisas e incontestáveis semelhanças que existem entre o chamado pensamento joseantoniano e a doutrina que Evola noz fez chegar. Será que eles se chegaram a conhecer no decorrer da visita que José Antonio realizou a Itália?"*

doutrina subversiva e destruidora de qualquer resto de ideia, valor ou instituição Tradicional que ainda pudesse subsistir. Pelo que perante os conceitos, as estruturas, o sistema político e os postulados corrosivos que da dita doutrina deletéria se derivaram, José Antonio defende "um sistema de autoridade, de hierarquia e de ordem" (discurso de fundação datado de 29 de Outubro de 1933). Ideias, estas três, muito recorrentes na obra evoliana, a tal ponto que – como prova – aparecem nos títulos de capítulos de livros como "Os Homens e as Ruínas".

E por falar de "um sistema de autoridade, de hierarquia e de ordem", é neste mesmo livro, no capítulo IV, onde nos é dito que "um Estado é Orgânico quando possui um centro, e este centro é uma ideia que enforma a partir de si, de forma eficaz, os diferentes domínios: é orgânico quando o mesmo ignora a separação e a autonomização do particular e, em virtude de um sistema de participações hierárquicas, cada parte na sua relativa autonomia tem uma funcionalidade e uma íntima ligação com o todo". Também em defesa do Estado Orgânico José Antonio confia que "se chegará a formas mais maduras em que tão-pouco se resolverá a desconformidade anulando o indivíduo, mas em que se volte a irmanar o individuo no seu contorno pela reconstrução desses valores orgânicos, livres e eternos" (discurso pronunciado em Madrid, em 17 de Novembro de 1935).

Neste mesmo sentido, em que o político está tão intimamente ligado ao metapolítico, e sem deixar "Os Homens e as Ruínas", Evola escreve, no capítulo II, que "As noções de nação, pátria e povo, não obstante o halo romântico e idealista que as pode circundar, pertencem na sua essência ao plano naturalista e biológico, não ao político, e referem-se à dimensão «materna» e física de uma determinada colectividade". Também observa que "na romanidade antiga a ideia do Estado e do *imperium* estava intimamente ligada ao culto simbólico das divindades viris do céu, da luz e do mundo superior. (…) Mais tarde na história tal linha conduziu ali onde, se já não de *imperium*, se falou do direito divino dos Reis." José Antonio, pelo seu lado, disse-nos que "Por isso, é supérfluo esclarecer se numa nação se dão os requisitos de unidade geográfica, de raça ou de idioma; o importante é esclarecer se existe, no universal, a unidade de destino histórico. Os tempos clássicos viram isto com a sua habitual clareza. Portanto, nunca usaram as palavras «pátria» e nação no sentido romântico, nem cravaram as âncoras do patriotismo no obscuro amor à terra. Pelo contrário, preferiram expressões como «Império» ou «serviço do rei»" ("Ensaio sobre o nacionalismo", datado de 16 de Abril de 1934).[10, 11]

Poderíamos continuar a expor, até limites difíceis de perscrutar, as precisas e incontestáveis semelhanças que existem entre o chamado pensamento joseantoniano e a doutrina que, ao longo da sua extensa obra, Evola noz fez chegar, mas pensamos que já cumprimos amplamente – e modestamente – o objectivo que havíamos estabelecido na hora em que pensamos redigir este artigo. É por isso que apenas nos resta perguntar-nos sobre a origem de tal coincidência. Será que eles se chegaram a conhecer no decorrer da visita que José Antonio realizou, em Maio de 1935, a Itália? José Antonio foi a Itália a convite dos C.A.U.R. (Comités de Acção pela Universalidade de Roma), nos quais se tinha filiado no ano de 1933 (ano da fundação desta organização, que teve uma importante componente cultural que, certamente, não era alheia à obra que Evola tinha publicado até à data). O presidente desta instituição, o General Coselschi actuou como anfitrião e quem sabe se uma das pessoas com quem ele o colocou em contacto não terá sido o próprio Evola, especialmente tendo em conta que – embora não o possamos confirmar – lemos em algum lugar (num artigo anónimo de título infeliz: "Julius Evola, o mago negro do fascismo"), que o nosso autor italiano foi, a partir de 1936, director dos C.A.U.R., e não o seu presidente, que sempre foi o citado General Coselschi desde a fundação desta organização em 1933, até à sua dissolução em 1943.[12]

Se não se chegaram a conhecer pessoalmente, não se deve descartar a possibilidade de que um homem com as preocupações culturais que José Antonio tinha, tenha tido acesso a algumas das obras que Evola tinha publicado antes da trágica morte – a 20 de Novembro de 1936 – do chefe da Falange; obras como "Imperialismo Pagão"[13], "A Tradição Hermética"[14] "Máscara e Rosto do Espiritualismo

Contemporâneo”[15] e, acima de tudo, a sua fundamental “Revolta Contra o Mundo Moderno”.

Desconhecia Evola, na época, o pensamento de José Antonio? Não se pode afirmar, nem descartar, esta possibilidade. O que sabemos com certeza é que em 1937 não era estranho à ideologia falangista e aos objectivos que este movimento perseguia, por causa de um artigo de 1937 intitulado “O que quer o «Falangismo» espanhol”[16] no qual mostra conhecer a essência, o programa deste movimento.

De qualquer modo, e para além das anteriores hipóteses, o que se deduz da surpreendente similaridade que apresentam as cosmovisões e as posturas políticas e/ou metapolíticas de ambos os autores é que partilhavam uma mesma chama interior que tem muito de inata e que deixou uma marca indelével nos seus respectivos actos, comportamentos e realizações externas.

1. Tal como já esclarecemos ao redigir o texto “Os Fascismos e a Tradição Primordial” (publicado no Boletim Evoliano, nº 1), “não pretendemos de modo nenhum falar desta corrente que por exemplo em Espanha, enquanto doutrina política, social e económica se encontra, desde há quase dois séculos, indissociavelmente ligada ao Carlismo”. Aproveitamos para recordar que no citado escrito se fazem referências ao falangismo – intimamente relacionadas com José Antonio – que se encontram estreitamente ligadas ao conteúdo do presente texto.

2. Existe uma edição portuguesa desta obra, publicada pela Vega na sua colecção “Janus”. (NdT)

3. É de destacar a forma como José Antonio reúne as suas duas qualidades pessoais (a guerreira e a espiritual) até na sua concepção do além-túmulo. Assim, expõe num discurso celebrado em Madrid em 9 de Maio de 1935 que “queremos que a dificuldade continue até ao final e depois do final; que a vida nos seja difícil antes do triunfo e depois do triunfo”. E continua mais adiante, dizendo que “o Paraíso não é o descanso. O Paraíso está contra o descanso. No Paraíso não se pode estar estendido; está-se verticalmente, como os anjos. Pois bem: nós que já levamos ao caminho do Paraíso as vidas dos nossos melhores, queremos um Paraíso difícil, erecto, implacável; um Paraíso onde nunca se descanse e que tenha, junto às jambas das portas, anjos com espadas”. Depreende-se destas linhas que não é fácil chegar ao Paraíso de que nos fala José Antonio: só uns poucos, os melhores, lhe conseguirão aceder. Não tem nada a ver com essa eternidade que determinadas religiões prometem a praticamente todos, desde que tenham praticado, em vida, uma série de ritos desprovidos de poder transmutador do interior do praticante e desde que tenham seguido com certa fidelidade um certo número de dogmas e prescrições morais; uma concepção, em suma, democrática da eternidade, porquanto a maioria pode aceder a ela sem demasiados sacrifícios, méritos, nem qualificações inatas. E o Paraíso ao qual se refere José Antonio parece-se, e muito, à ideia que sobre a imortalidade Evola defende quando diz, no capítulo intitulado “As duas vias do além-túmulo” da sua obra “Revolta Contra o Mundo Moderno” (1934), que após a morte física são duas as vias que se apresentam ao falecido: uma seria a “via dos antepassados” ou *pitra-yana* e a outra seria a “via dos deuses” ou *deva-yana* (termos da tradição hindu). A primeira delas seria o destino da maioria dos indivíduos cuja existência não passou do nível do homem vulgar, escravo do devir e que consistiria na dissolução das forças e energias subtis que tornaram possível a vida de tais indivíduos (já que se encontram na origem do funcionamento do seu tecido psíquico-físico), a dissolução, apontávamos, na descendência do seu próprio clã, *gens*, *sippe* ou *zadruga* (clã, *gens*, *sippe* ou *zadruga* referem-se ao mesmo conceito mas no contexto, respectivamente, das tradições celta, romana, germânica e eslava) passando a fazer parte (ditas forças ou energias) do *génio*, *manes*, *totem*, *demon* ou *daimon* que confere a peculiaridade e o impulso particular que caracterizam o mencionado clã. Esta via, na realidade, não implica a imortalidade do indivíduo, pois este (ou melhor dito, as “suas” forças ou energias subtis) volta a reintegrar-se na corrente do mundo manifestado, do mundo do devir e do fluir contínuo. A segunda destas vias, a via dos deuses, implica a verdadeira imortalidade da pessoa que na sua existência terrena soube desligar-se de tudo aquilo que condiciona o indivíduo e que experimentou uma autêntica transubstanciação ou transfiguração que espiritualizou a sua alma liberta de vínculos e a conseguiu fazer partilhar a Essência Suprema daquele Princípio Superior, metafísico e supra-sensorial que se encontra na origem do Cosmos manifestado. Pelo que, após o óbito, senão mesmo antes, o Eu Superior ou a Alma Espiritualizada da pessoa terá conquistado a imortalidade, a eternidade e terá escapado da cadeia de transmutações e mudanças que são próprias da manifestação. Apenas uns poucos, apenas uma minoria conquistará o “paraíso”; trata-se por isso de um feito de carácter aristocrático e nada democrático.

4. Esta liberdade total que José Antonio atribui ao homem para decidir o seu próprio destino, para “salvar-se” ou “se perder”, encontra o seu paralelismo na liberdade que também Evola lhe atribui para se deixar arrastar pelas forças e energias que conduzem o indivíduo para o inferior (forças denominadas com o vocábulo *tamas* pelo tantrismo) ou, pelo contrário, para conquistar a imortalidade, a eternidade. Liberdade que se obtém quando a alma se solta dos vínculos que a acorrentam aos fascínios e à existência cega do mundo manifestado. E liberdade, decididamente, que não se encontra irremissivelmente sujeita a nenhum tipo de determinismo fatalista; seja este de natureza física, psíquica ou relativo a ciclos cósmicos como os descritos pelas doutrinas sagradas do hinduísmo (os quatro *yugas*) ou do mundo greco-romano e do nórdico (as quatro idades: de ouro, prata, bronze e ferro ou do lobo).

5. Publicado em *La Stampa*, em Fevereiro de 1943. Existe uma versão portuguesa, publicada no Boletim Evoliano, nº 2. (NdT)

6. Evola desenvolveu esta doutrina das “três raças” no livro “Síntese de Doutrina da Raça” (1941). Ainda assim, tratamos deste tema com mais amplitude numa série de textos (três no total) intitulados “Evola e a questão racial” (disponíveis em: http://septentrionis.wordpress.com/2009/07/04/evola-y-la-cuestion-racial, http://septentrionis. wordpress.com/2009/07/04/evola-y-la-cuestion-racial-ii, http://septentrionis.wordpress.com/2010/07/09/evola-y-la-cuestion-racial-iii).

7. Julius Evola considerava que o regime fascista italiano não conseguiu acabar de todo com a dinâmica das classes sociais que acabou por se impor com a Revolução Francesa, já que considera que o Corporativismo que se aplicou continuava a considerar de maneira separada patrões e operários, ainda que existissem, com o objectivo de resolver conflitos laborais, mecanismos de ligação entre ambos. Evola considerava que esta dinâmica de classes é própria do mundo liberal-capitalista e considerava, igualmente, que ambas as classes sociais, no mundo Tradicional, formavam parte de um mesmo estamento ou de uma mesma função social: a económico-produtiva e que a verdadeira hierarquia não é aquela que se pode encontrar entre empresários e operários, mas sim aquela que é determinada pela preeminência da função régio-sacra sobre a guerreira

e, ainda mais, sobre a produtiva. (Podem-se consultar, a este respeito, os nossos "Debates metafísicos: hierarquia e trifuncionalidade".) Pelo contrário, o grande intérprete italiano da Tradição considerou que no seio do III Reich se tinha conseguido acabar com esta dinâmica classista; feito que se ficou a dever, em parte, à inclusão de empresários, técnicos e operários, sem nenhum tipo de distinção organizativa, nas fileiras da Frente do Trabalho Alemão. (Pode-se comprovar o que foi dito consultando o capítulo IX de "O Fascismo vista da Direita" e o capítulo III das "Notas sobre o III Reich", trabalhos que foram publicados, num único volume, em 1964.) Pois bem, José Antonio também mantém a mesma postura que Evola acerca do corporativismo fascista ao expor, falando do mesmo, que: "Existe, para procurar a harmonia entre patrões e operários, algo semelhante aos nossos Jurados Mistos, mas agigantados: uma Confederação de patrões e outra de operários, e por cima uma peça de ligação. Hoje em dia o Estado corporativo nem existe nem se sabe se é bom" (conferência pronunciada a 3 de Março de 1935 em Valladolid).

8. O *tute* é um jogo de cartas de origem italiana que se difundiu em Espanha durante o século XIX, tornando-se um dos jogos de cartas mais populares do país. (NdT)

9. Obra publicada em 1941.

10. As numerosas citações textuais de escritos, comícios, conferências, etc., de José Antonio que neste ensaio se fizeram foram extraídas das "Obras de José Antonio Primo de Rivera", segundo a compilação feita por Agustín del Río Cisneros, edição de 1971.

11. Existe, em português, uma antologia de José Antonio, editada pela Cidadela em 1972, na qual se poderão encontrar alguns dos textos citados neste artigo. (NdT)

12. Sobre o tema de José Antonio e os C.A.U.R. pode-se consultar o capítulo "José Antonio, membro fundador dos C.A.U.R.", do livro de José Luis Jerez Riesco "José Antonio, fascista", publicado pelas Ediciones Nueva República em 2003.

13. Obra publicada em 1928.

14. Obra publicada em 1931. Existe uma edição portuguesa desta obra, publicada pela Edições 70. (NdT)

15. Obra publicada em 1932.

16. Publicado originalmente na revista *Lo Stato*, em Janeiro de 1937.

"Devemos adoptar ante a vida inteira, em cada um dos nossos actos, uma atitude humana, profunda e completa. Esta atitude, é o espírito de serviço e de sacrifício, o sentido ascético e militar da vida. Que ninguém imagine que nos reunimos aqui para oferecer benefícios ou defender privilégios."

(conclusão da pág. 19):

actos, uma atitude humana, profunda e completa. Esta atitude, é o espírito de serviço e de sacrifício, o sentido ascético e militar da vida. Que ninguém imagine que nos reunimos aqui para oferecer benefícios ou defender privilégios. Queria que o som da minha voz fosse até aos mais longínquos lares trabalhadores, para lhes dizer: Sim, nós trazemos gravatas, sim, vocês podem dizer que nós somos "señoritos" mas nós trazemos um espírito de luta precisamente por aquilo que não nos interessa como "señoritos". Nós lutamos para que pelo preço de rudes e justos sacrifícios, um Estado com autoridade distribua equitativamente os seus bens tanto aos poderosos como aos humildes. (…)

Creio que a bandeira está desfraldada. Agora vamos defendê-la com alegria e poesia. Porque há alguns que pensam que, face à marcha da revolução, para reunir as vontades, convém propor as soluções mais tíbias. Eles pensam que na propaganda, se deve ocultar tudo o que possa provocar uma emoção ou assinalar uma atitude enérgica e extrema. Que erro!

Os povos nunca foram mobilizados senão pelos poetas – e ai do que não saiba levantar, frente à poesia que destrói, a poesia que promete!

Num movimento poético, nós provocaremos o entusiasmo do nosso país, sacrificar-nos-emos, renunciaremos, e nosso será o triunfo, triunfo que – para quê dizê-lo? – nada terá de eleitoral. Nestas eleições[1] votai nos que vos parecerem melhores. Mas daí não sairá a vossa Espanha nem está aí o nosso ambiente. Esta é uma atmosfera torpe, já cansada, como a de uma taberna no fim de uma noite orgíaca. Não é esse o nosso lugar. Sim, creio que sou candidato; mas sem fé nem respeito. E digo-o agora, quando com isso me poderão fugir todos os votos. Não me interessa. Não vamos disputar aos habituais convivas as vitualhas dum sujo banquete. O nosso lugar é cá fora, embora de passagem possamos entrar nisso. O nosso lugar é ao ar livre, na noite clara, de armas na mão, e no alto, as estrelas. Que continuem os outros com os seus festins. Nós cá fora, em vigilância tensa, fervorosa e segura, já pressentimos o amanhecer na alegria da nossa acção.

– Discurso pronunciado no *Teatro de la Comedia* de Madrid, em 29/10/1933.

1. Este discurso realizava-se pouco tempo antes das eleições para o Parlamento nas quais José António foi eleito por Cádiz.

Discurso de fundação da Falange

José Antonio Primo de Rivera

Quando em Março de 1762, um homem nefasto, que se chamava Jean Jacques Rousseau, publicou o *Contrato Social*, a verdade política deixou de ser uma entidade permanente. Anteriormente, noutras épocas mais longínquas, os Estados que eram os executores de missões históricas, guardavam, como que escritas à sua frente, e mesmo acima deles, a Justiça e a Verdade. Jean Jacques Rousseau veio dizer-nos que a justiça e a verdade não eram imperativos da razão, mas sim o resultado, em cada instante, das decisões da vontade.

Jean Jacques Rousseau, pensava que o conjunto daqueles que formam uma Nação possui uma alma superior, diferente de cada uma das nossas e que este "eu" superior está dotado duma vontade infalível, capaz de definir, em cada instante, o justo e o injusto, o bem e o mal. E como esta vontade colectiva, esta vontade soberana, não se exprime senão pelo sufrágio – o que quer dizer que o grupo mais numeroso leva a melhor sobre o minoritário, na tarefa de adivinhar esta vontade superior – resultava que o sufrágio, essa farsa de papeluchos a entrar numa urna, tinha o dom de nos dizer, em cada instante, se Deus existia ou não existia, se a verdade era ou não era a verdade, se a Pátria devia permanecer, ou se valia mais que, num dado momento, se suicidasse.

Como o Estado liberal foi um servidor desta doutrina, veio a constituir não já o executor resoluto dos destinos da Pátria, mas o espectador de lutas eleitorais. Para o Estado liberal, uma única coisa contava: que às mesas de voto se sentassem um determinado número de senhores, que o escrutínio começasse a tal hora e terminasse a uma outra, e que não se violassem as urnas, como se o serem violadas não fosse o mais belo destino de todas as urnas. Depois, era preciso respeitar escrupulosamente o que de lá saía, como se a ele nada lhe importasse. Quer dizer, os governos liberais não acreditaram sequer na sua própria missão: não pensavam estar lá para cumprir um dever respeitável, mas pensavam sim que, fosse quem fosse que pensasse o contrário deles próprios e se propusesse atacar o Estado, por boas ou más razões, tinha tanto direito de o fazer como os guardiões do mesmo Estado tinham o direito de o defender.

Daí veio o sistema democrático, que é, antes de tudo, o mais ruinoso sistema de esbanjamento de energias. Um homem dotado para a altíssima função de governar, que é sem dúvida a mais nobre das funções humanas, devia consagrar noventa ou noventa e cinco por cento do seu tempo a apoiar as reclamações administrativas, fazer a propaganda eleitoral e a dormitar nas cadeiras da Assembleia Nacional. Ele devia ainda adular os eleitores, aguentar as suas impertinências, pois era deles que ia receber o poder, suportar as humilhações e os vexames daqueles que, por causa da sua função quase divina de governar, eram obrigados a obedecer-lhe. E se, depois de tudo isto, lhe restavam algumas horas, pela madrugada, ou alguns minutos roubados a um sono intranquilo, só então podia pensar seriamente nas suas funções de governante.

Depois veio a perda da unidade espiritual dos povos porque, como o sistema funcionava sobre o engano das maiorias, todos aqueles que queriam aproveitar-se do sistema, deviam esforçar-se por conquistar a maioria dos sufrágios. E era preciso procurá-los roubando-os, aos outros partidos: e para isso não se hesitava em caluniá-los, em despejar sobre eles as piores injúrias, em faltar delibe-

> *"Por isso teve de nascer, e foi justo o seu nascimento (nós não nos poupamos a nenhuma verdade), o socialismo. Os trabalhadores tiveram que se defender contra aquele sistema que só lhes dava promessas de direitos, mas que não cuidava de lhes fornecer condições de vida dignas."*

radamente à verdade, em nunca deixar passar uma oportunidade de mentir e de sujar. Assim, sendo a fraternidade um dos postulados que o Estado liberal expunha no seu frontispício, jamais houve um exemplo de vida colectiva onde os homens, insultados, inimigos uns dos outros, se sentissem menos irmãos que na vida turbulenta e desagradável do Estado liberal.

E, finalmente, o Estado liberal traz-nos a escravidão económica porque se dizia aos trabalhadores com um trágico sarcasmo: "Sois livres de trabalhar como quiserdes. Ninguém vos pode forçar a aceitar tal ou tal condição; ora bem: como somos os ricos, oferecemos-vos as condições que entendemos; não estais obrigados a aceitá-las, porque sois cidadãos livres. Mas se vós, que sois cidadãos pobres, não aceitais as nossas condições, morrereis de fome, rodeados da máxima consideração liberal".

Assim, nos países que possuem os mais brilhantes Parlamentos e as mais acabadas instituições democráticas não é preciso percorrer mais do que algumas centenas de metros, para além dos bairros de luxo, para descobrir tugúrios infectos, nos quais se amontoam os trabalhadores e as suas famílias, numa promiscuidade quase infra-humana.

E encontravam-se camponeses que, de sol a sol, se dobravam sobre a terra, as costas queimadas e que ganhavam em todo o ano, graças ao livre jogo da economia liberal, o suficiente para não morrer de fome rapidamente.

Por isso teve de nascer, e foi justo o seu nascimento (nós não nos poupamos a nenhuma verdade), o socialismo. Os trabalhadores tiveram que se defender contra aquele sistema que só lhes dava promessas de direitos, mas que não cuidava de lhes fornecer condições de vida dignas. Mas o socialismo, que foi uma reacção legítima contra a escravidão liberal, veio a descarrilar, caindo primeiro numa interpretação materialista da vida e da história, em seguida num espírito de represália e enfim, na proclamação do dogma marxista da luta de classes.

O socialismo, sobretudo aquele que os apóstolos marxistas construíram na frieza dos seus gabinetes (…) não vê, na história, senão um jogo de mecanismos económicos. O espiritual desaparece, a Religião torna-se no "ópio do povo", a Nação num mito para explorar os desgraçados. O socialismo diz tudo isto. Para ele unicamente contam a produção e a organização económica. (…)

O socialismo não aspira a restabelecer a justiça social quebrada pelo mau funcionamento dos Estados liberais. Aspira à vingança e às represálias e vai assim mais longe na injustiça que os sistemas liberais.

Enfim, o socialismo proclama o dogma monstruoso da luta de classes, segundo o qual esta luta é fatal, porque nada há na vida que a possa aplacar, e o socialismo, que tinha começado por uma justa crítica do liberalismo económico, trouxe-nos, por outra via, a mesma coisa que o liberalismo económico: a divisão, o ódio, a separação, o esquecimento de todo o laço de solidariedade e de fraternidade entre os homens. (…)

O movimento de hoje, que não é um partido, mas sim um movimento, quase poderíamos dizer um anti-partido, declara desde já não ser nem de esquerda nem de direita. Porque no fundo, a direita deseja somente manter a organização económica existente, mesmo que seja injusta, e a esquerda, destruí-la, mesmo que, para atingir o seu fim, tenha de destruir muitas coisas boas. E isto é camuflado, nuns e noutros, com múltiplas considerações de ordem espiritual. Que todos os que nos escutam de boa-fé saibam que estas considerações espirituais cabem todas no nosso movimento; mas o nosso movimento de maneira nenhuma ligará o seu destino aos interesses de grupo, ou de classe, que mal se dissimulam sob a divisão superficial de direitas e esquerdas.

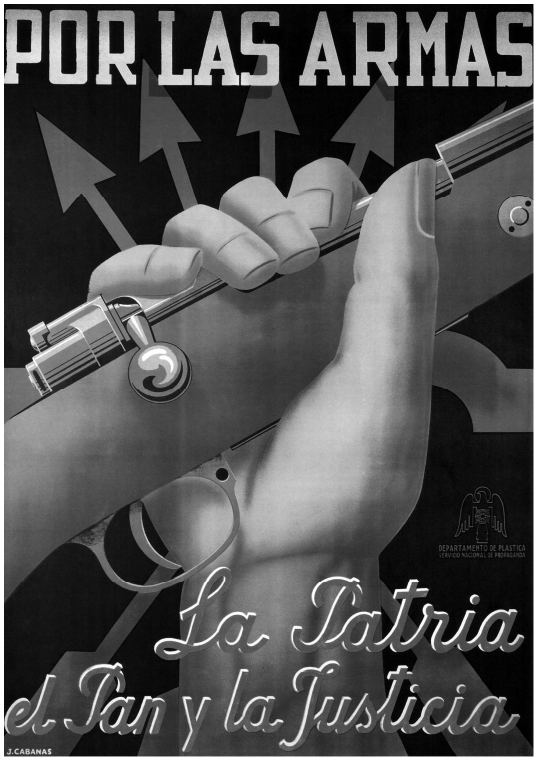
A Pátria é uma unidade total na qual se integram todos os indivíduos e todas as categorias. A Pátria não pode estar nas mãos da classe mais forte ou do partido melhor organizado. A Pátria é uma síntese transcendente, uma síntese indivisível, com fins próprios a atingir, e nós queremos que o movimento que hoje nasce, e o Estado que ele quer criar, seja o instrumento eficaz, com autoridade, ao serviço de uma unidade indiscutível, dessa unidade permanente, dessa unidade irrevogável que se chama Pátria.

E, com isto, temos já o motor das nossas acções futuras e da nossa conduta presente, porque não seríamos senão

mais um partido se propuséssemos um programa concreto. Tais programas têm a vantagem de jamais serem realizados. Por outro lado, quando se tem um sentimento permanente ante a História e a Vida, este mesmo sentido nos dá as soluções dos problemas, da mesma maneira que o amor nos diz quando devemos estar zangados ou ser ternos, sem se ter de antemão um programa de abraços e de querelas.

Eis o que é exigido pelo nosso sentido total da Pátria e do Estado que a há-de servir.

Que todos os povos de Espanha, por diversos que sejam, se sintam harmonizados numa unidade de destino irrevogável.



Que desapareçam os partidos políticos. Nunca ninguém nasceu membro de um partido político; em contrapartida, nascemos todos numa família; vivemos todos num Município; todos nos esforçamos num dado trabalho. Pois se estas são as nossas unidades naturais, se nelas é que de facto vivemos, para que precisamos do instrumento intermediário e pernicioso dos partidos políticos, que, para unir-nos em grupos artificiais começam por destruir as nossas autênticas realidades?

Queremos menos palavreado liberal e mais respeito pela liberdade profunda de homem. Porque só se respeita a liberdade do homem quando ele é considerado, como nós o fazemos, portador de valores eternos; quando se vê nele uma alma que é capaz de salvar-se ou de se perder. Só quando o homem é considerado deste modo se pode dizer que se respeita de facto a sua liberdade, e mais ainda se essa liberdade se conjuga, como nós pretendemos, num sistema de autoridade, de hierarquia e de ordem.

Queremos que todos se sintam membros de uma comunidade honesta e completa; isto é, as funções a realizar são muitas: uns, no trabalho manual, outros, no trabalho do espírito; alguns no magistério dos costumes. Mas numa comunidade como a que defendemos, fica bem assente desde já, não haverá convidados nem parasitas.

Queremos que não se afirmem direitos individuais que nunca se podem cumprir em casa dos subalimentados, mas que se dê a todos os homens, a todos os componentes da comunidade política, pelo facto de o serem, meios para ganharem pelo trabalho uma vida humana, justa e digna.

Queremos que o espírito religioso, chave dos melhores momentos da nossa História, seja respeitado e amparado como merece, sem que por isso o Estado se intrometa em funções que lhe são estranhas nem compartilhe – como fazia, talvez por outros interesses que os da verdadeira Religião – funções que lhe são específicas.

Queremos que a Espanha retome resolutamente o sentido universal da sua cultura e da sua História.

E queremos, por último, que se for preciso para realizar isto em alguns casos a violência, não nos detenhamos ante a violência. Porque quem foi que disse – ao falar de "tudo menos a violência" — que a hierarquia suprema dos valores morais reside na amabilidade? Quem disse que quando insultam os nossos sentimentos, antes de reagir como homens, temos a obrigação de ser amáveis? Claro, a dialéctica como primeiro instrumento de comunicação. Mas não há outra dialéctica admissível senão a dos punhos e das pistolas quando se ofende a justiça ou a Pátria.

Isto o que pensamos do Estado futuro que tentaremos edificar.

Mas o nosso movimento não seria completamente compreendido se se acreditasse que não passa de uma maneira de pensar. Não é uma maneira de pensar é uma maneira de ser. Não nos devemos propor somente a construção da arquitectura política. Devemos adoptar ante a vida inteira, em cada um dos nossos… (continua na pág. 16)

"Quem disse que quando insultam os nossos sentimentos, antes de reagir como homens, temos a obrigação de ser amáveis? Claro, a dialéctica como primeiro instrumento de comunicação. Mas não há outra dialéctica admissível senão a dos punhos e das pistolas quando se ofende a justiça ou a Pátria."

O que quer o «Falangismo» espanhol

Julius Evola

Enquanto todo mundo acompanha com muito interesse as fases da guerra civil espanhola, menos conhecidas são as ideias que precisamente animam a insurreição das forças nacionais espanholas contra o comunismo: talvez porque muitos acreditam que, nas revoluções, a fase ideológica positiva se desenvolve sempre num período subsequente.

Nós não somos desta opinião. Cremos que o melhor soldado é aquele que luta com o pleno conhecimento da sua causa e que as ideias, ainda que sejam ideias pressentidas ou confusamente intuídas, mais do que claramente formuladas, são a realidade primária em toda a mudança histórica verdadeiramente importante. Estamos, portanto, agradecidos a Alberto Luchini por nos ter feito conhecer o programa doutrinário de uma das principais tendências nacionalistas espanholas, em particular a da denominada "falange espanhola", tornando vivas e palpitantes as palavras, com recurso a um estilo de tradução verdadeiramente assombroso e que quase poderíamos dizer necromântico pelo seu vigor, precisão e adequadas improvisações ("I Falangisti spagnoli", ed. Beltrami, Firenze, 1936). Trata-se de uma profissão geral de fé política, cuja formulação parece dever-se a José Antonio Primo de Rivera ou ao escritor Giménez Gaballero. O programa, pela sua riqueza de conteúdo espiritual, surpreendeu-nos, ao ponto de crermos ser muito oportuno recomendá-lo ao público italiano com a ideia de apresentar-lhe, em síntese, o sentido do mesmo.

Primeiro ponto. Nem a unidade linguística, nem a étnica ou territorial se consideram suficientes para dar à ideia de nação o seu verdadeiro significado. "Uma nação é uma unidade predestinada, cósmica". Tal – afirma-se – é a Espanha: uma unidade, um destino, "uma entidade subsistente para além de qualquer pessoa, classe ou colectividade em que actua", não só, mas também acima "da quantidade complexa resultante da sua agregação". Trata-se, portanto, da ideia espiritual e transcendente da nação, oposta a todo o colectivismo – de direita ou de esquerda – e a todo o mecanicismo. "Entidade autêntica de uma verdade própria e perfeita, realidade viva e soberana, a Espanha aspira, por consequência, às suas próprias metas bem definidas". A este respeito, não só se fala de "um retorno completo à colaboração espiritual mundial", mas também de uma "missão universal da Espanha", da criação, por parte da "unidade solar" que ela representa, "de um mundo novo". Certamente, este último propósito, apesar das boas intenções, é uma incerteza.

> *"Os falangistas parecem estar em guarda contra os excessos do totalitarismo, que, no seu trabalho de nivelamento e uniformização, ameaça fazer de algumas tendências nacionalistas, apesar de tudo, fac-símiles nacionalizados do bolchevismo."*

Não está claro o que hoje ou amanhã, a Espanha tem a dizer no que concerne às ideias universais. Porém a realidade é que, neste caso, se tem o efeito de uma lógica precisa. Não se pode assumir espiritualmente a ideia de nação sem sermos instintivamente levados a sobrepujar os particularismos, a concebê-la como princípio de uma organização espiritual supranacional, com valor portanto de universalidade: ainda que se tenha muito pouco à disposição para dar uma forma concreta e factível a tal exigência. E viceversa: toda a restrição particularista de uma ideia nacional acaba sempre por revelar um materialismo latente ou colectivismo.

Passemos à parte mais propriamente política do programa. Os falangistas dizem não ao Estado agnóstico, espectador passivo da vida pública nacional ou, no máximo, agente de polícia com grande pompa. O Estado deve ser autoritário, Estado de todos, total e totalitário, justificando-se, no entanto, nesta sua forma, sempre tendo como referência a noção ideal e eterna de Espanha, independente de quaisquer meros interesses classistas ou partidários.

A extirpação dos partidos e da instituição parlamentar associada é um produto natural de tal ponto de vista. Mas os falangistas, sob a força das tradições seculares da sua

pátria, parecem estar em guarda contra os excessos do totalitarismo, que, no seu trabalho de nivelamento e uniformização, ameaça fazer de algumas tendências nacionalistas, apesar de tudo, fac-símiles nacionalizados do bolchevismo. É por tal motivo que os falangistas insistem na necessidade que grupos humanos orgânicos, vivos e vitais, articulem o verdadeiro Estado e sejam a sua sólida base; direccionam, portanto, a sua atenção para a defesa da integridade familiar, célula da unidade social; para a autonomia municipal, célula da unidade territorial; finalmente, a unidade profissional e corporativa, células de uma nova organização nacional do trabalho e instituições para a superação da luta de classes.

Com respeito a este último ponto, a adesão dos falangistas à ideia corporativa fascista é completa. "As classes sindicais e corporativas, até aqui impossibilitadas de participar na vida pública nacional, terão como dever ascender, removidas as barreiras artificiais do parlamento e dos partidos políticos, a órgãos imediatos do Estado". A colectividade dos produtores como um todo orgânico e uno terá de considerar-se "totalmente comprometida e empenhada na empresa comum, única e elevadíssima": empresa em que a supremacia do interesse geral nacional deve ser sempre assegurada.

Talvez não seja por acaso que o capítulo seguinte a este trate da personalidade humana, e que nele se denuncie o perigo de que toda uma nação se transforme numa espécie de "laboratório experimental", como consequência lógica do bolchevismo e do mecanicismo. A relevância dada à dignidade da personalidade humana, claramente distinta do arbítrio individualista, parece-nos também um dos traços mais característicos e proeminentes do programa falangista espanhol e o efeito de uma saudável visão tradicional. Citemos a passagem que, a este respeito, é a mais significativa: "a Falange Espanhola distingue na personalidade humana, além do indivíduo físico e da individualidade fisiológica, a mónada espiritual, a alma destinada à vida eterna, instrumento de valores absolutos, valor absoluto em si mesmo". Daqui, a justificação de um respeito fundamental pela "dignidade do espírito humano, pela integridade e pela liberdade da pessoa: liberdade superiormente legitimada, de natureza profunda; que não se pode nunca traduzir na liberdade de conspirar contra a convivência civil e de minar as suas bases". Com esta declaração, é decididamente superado um dos maiores perigos da contra-revolução antimarxista: o perigo de prejudicar os valores espirituais da personalidade no momento de golpear justamente o erro liberalista e individualista na prática política e social.

Vale a pena destacar que, com estas premissas, toda a interpretação materialista da história é rejeitada pelos falangistas; e que o espírito é por eles considerado como a origem de toda a força verdadeiramente decisiva. E é igualmente natural uma profissão católica de fé; a interpretação católica da vida é, historicamente falando, a única que é "espanhola" e a ela deve acorrer toda a obra de reconstrução nacional. Isto não significa uma Espanha que deva novamente sofrer as interferências, as intrigas e a hegemonia do poder eclesiástico, mas sim uma Espanha nova, imbuída daquele "sentido católico e universal" que já a guiou, "contra a aliança do Oceano e da barbárie, à conquista de continentes desconhecidos": uma Espanha compenetrada pelas forças religiosas do espírito.

Por estas ideias lutam os falangistas, como um "voluntariado guerreiro", decidido a "conquistar a Espanha para a Espanha". São ideias que, nas suas linhas gerais, parecem perfeitamente "em ordem", apresentam um carácter bem definido e podem valer como sólidos pontos de referência. Se o movimento nacional espanhol estiver verdadeiramente comprometido com elas, teremos um duplo motivo para lhe desejar, sinceramente, uma vitória completa, rápida e definitiva: não só pelo lado negativo anticomunista e antibolchevique, mas também pelo que de positivo lhe poderá seguir no conjunto de uma Europa nova, hierárquica, das nações e da personalidade.

— Publicado em "Lo Stato", Janeiro/1937

Ascensão e Descida

JULIUS EVOLA

Não há agitação importante no mundo da cultura, dos fenómenos sociais e, no geral, da sensibilidade colectiva, que não seja susceptível de ter um significado simbólico ou ainda o valor de um "sinal" para uma ordem de coisas que normalmente escapa à consciência superficial.

O mundo do desporto, nesta matéria, está longe de constituir uma excepção. Pode-se dizer que o próprio fenómeno da importância e do crescimento que o desporto tem experimentado na vida moderna ocidental é o índice barométrico da transição da alma ocidental para uma visão do mundo que é bem diversa daquela do período precedente, burguês, intelectualista, oitocentista; e neste ponto, é supérfluo enfatizar a relação entre esta agitação e as novas correntes políticas de renovação e activismo.

Mas mesmo no domínio das múltiplas variedades desportivas, há considerações similares a ser feitas. Neste contexto, desejo confiná-las a um tópico circunscrito, nomeadamente, ao significado da imediata e generalizada popularidade que o esqui tem alcançado, particularmente em comparação com o significado de outra forma semelhante de desporto, nomeadamente, o alpinismo.

De forma a prevenir qualquer equívoco, devemos especificar o plano ao qual os nossos pensamentos se aplicam. Primeiramente, gostaríamos de deixar bem claro que nunca tivemos, nem nunca haveremos de ter, qualquer coisa contra o valor prático do esqui, e que reconheceremos com prazer tudo o que possa ser alcançado por este desporto invernal em termos de saúde, bravura, fortalecimento físico e mental, e o seu efeito desintoxicante e revigorante sobre a nossa juventude, à qual, na maior parte dos casos, a vida moderna da capital sufoca e oprime. Deixemos isto claro desde o início; portanto, o que direi a seguir, de modo algum deverá induzir os nossos leitores a pensarem que negamos o valor prático do esqui como desporto. Desejamos acrescentar que nós próprios praticamos tanto o esqui como a escalada – obviamente como meros amadores – sem sermos afectados pelo que em tal desporto, do ponto de vista de um significado simbólico e de um sinal dos tempos, vamos ver de seguida.

Dissemos que o esqui tem experimentado um rápido aumento de popularidade considerando que, como desporto, não conta nem sequer com sessenta anos de vida. A primeira competição de esqui foi realizada em 1870 em Christiania, onde os aldeões de Telemark derrotaram os seus oponentes pelo emprego de tal técnica, suscitando um assombro universal. Naturalmente, enquanto meio para viajar através de áreas cobertas pela neve, o esqui já era conhecido e difundido nas regiões nórdicas; com o sentido não de algo de natural e inevitável, tal como o é um barco para cruzar as águas, mas como um "desporto" que desperta uma paixão especial e proporciona um certo prazer, apenas muito recentemente adquiriu uma grande popularidade entre as grandes nações europeias, podendo mesmo dizer-se que apenas no rescaldo da I Grande Guerra conquistou para si a nova geração. O rápido sucesso do esqui, o seu apelo universal, o interesse genuíno e o entusiasmo que induz na juventude de ambos os sexos são tão característicos que seria superficial ver nisto algo meramente casual, em vez de algo que deve ser explicado em função de significados precisos próprios do espírito contemporâneo.

Assim, devemos inquirir: o que constitui a essência do esqui? O que é o seu núcleo, o ponto ao redor do qual todos os seus outros aspectos revolvem? A resposta é simples: é a *descida*.

Se para o alpinismo o elemento fundamental, o centro de interesse é constituído pelo *ascender*, o mesmo no esqui corresponde ao *descer*. O motivo dominante no alpinismo é a conquista: assim que o cume é atingido e o ponto para além do qual não se pode subir mais é alcançado, termina a fase que, para o alpinista, é a mais interessante. No esqui, acontece o oposto: o propósito de toda a ascensão é a descida. Horas de esforço, que são necessárias para alcançar uma certa altitude, são gastas tendo apenas em vista a descida. Assim, nas mais modernas e desenvolvidas instâncias de esqui, o problema é resolvido em favor dos verdadeiros interesses dos esquiadores através da construção de teleféricos que os levam até ao topo sem esforço; depois de descerem num instante, estão prontos para subir novamente, para mais tantos passeios

> “O facto é que, no esqui, o «espírito moderno» encontra-se essencialmente em casa: espírito intoxicado com a velocidade, com o constante «devir», com o movimento acelerado desordenado, até muito recentemente celebrado como sendo o movimento do progresso.”

quantos desejarem. Correspondentemente, onde o alpinismo é caracterizado pela *euforia da ascensão* enquanto conquista, o esqui é caracterizado pela *euforia da descida*, da velocidade e quase diremos da queda. Este último ponto não é irrelevante. A relação entre o Eu e o próprio corpo é de tipo absolutamente diferente no alpinismo e no esqui. No alpinismo trata-se de um senso directo do próprio corpo, de formas de equilíbrio, de esforço e de impulso, que pressupõem o controlo completo do mesmo, a manobra lúcida e calculada de toda a sua força de peso em relação aos vários problemas da escalada, da tomada de uma posição, da fiabilidade de um passo marcado no gelo. No esqui a história é completamente diferente: a relação entre o Eu e o corpo, ligada ao esqui e colocada à mercê das forças da gravidade, bem pode ser comparada à relação entre alguém que conduz um automóvel e a própria máquina, lançada a uma dada velocidade: após a “partida”, o esquiador apenas pode fazer uma coisa: guiar-se com movimentos precisos, a fim de regular a velocidade e a direcção, desenvolvendo uma maior ou menor mestria de movimentos reflexos que controlam a descida, da mesma maneira que, mais ou menos, um automobilista que se compraz em conduzir em velocidade máxima numa estrada cheia de pessoas e de outros automóveis sem abrandar, mas agindo com reflexos rápidos de modo a evitar os vários obstáculos, quase brincando com eles, e então seguindo para outros obstáculos.

Abordando o lado mais interno da questão, ou seja, aquilo que ele pode oferecer ao espírito, é necessário lembrar a impressão que se tem ao calçar os esquis pela primeira vez: tem-se a impressão de que o chão está a escorregar por debaixo dos pés, que se está a *cair*. Uma tal impressão reaparece nas mais difíceis formas deste desporto: nas descidas íngremes, no salto. Nesta base, não pensamos estar errados ao dizer que o significado mais profundo de esquiar consiste em transformar o medo instintivo da queda, ou o instinto de se deter ou de parar – que acompanham toda a queda – numa sensação de satisfação, de prazer, que fazem querer andar mais depressa e a brincar com a velocidade. Pode parecer um paradoxo, mas o esqui pode ser definido como: *técnica*, *jogo e euforia da queda*. No esqui encontramos uma forma de ousadia, de coragem (que para todos os efeitos práticos não deve ser desprezada), mas é uma forma especial, completamente diferente da ousadia de um alpinista e ligada a significados igualmente antitéticos: digamos que, essencialmente moderna.

Com o termo queda, descrevemos o significado simbólico do esqui e a razão profunda da sua súbita popularidade. Entre as mais variadas formas de desporto, o esqui conta-se seguramente entre aquelas que menos reflectem valores “clássicos”. É por isso que, embora as tradições antigas de todos os povos sejam ricas de símbolos relativos à montanha como meta de ascensão e transfiguração, e isso apesar da ignorância praticamente completa acerca das técnicas de escalada, não há nas mesmas nenhuma referência susceptível de ser associada ao esqui. O facto é que, no esqui, o “espírito moderno” encontra-se essencialmente em casa: espírito intoxicado com a velocidade, com o constante “devir”, com o movimento acelerado desordenado, até muito recentemente celebrado como sendo o movimento do progresso, apesar de, em muitos aspectos, não representar nada mais que um colapso e um desmoronamento. A intoxicação com este movimento, combinada com uma sensação cerebral de controlo, de domínio como direcção destas forças que não são verdadeiramente controladas, é típica do mundo moderno, em que o Eu atinge a sua mais intensa autoconsciência. Como se de um reflexo se tratasse, acreditamos que valores similares aos do alpinismo aparecem no esqui e caracterizam-no em relação, sobretudo, ao alpinismo, como a tradução físico-desportiva do símbolo oposto do ascender, do elevar-se, do vencer as forças da gravidade, da queda.

Repetimos que também nós praticamos esqui, apesar de não nos perturbarmos ou distrairmos por tais ideias. Não se deve fugir a nenhuma experiência. O que importa é manter-se *activo* em relação a toda a experiência e assim estar sempre consciente de cada vez que elementos de ordem física e emocional tentem exercer uma influência “sedutora” sobre domínios mais elevados.

— Capítulo do livro “Meditações dos Cumes”

Cara al Sol

(Hino da Falange)

Cara al sol con la camisa nueva
que tú bordaste en rojo ayer,
me hallará la muerte si me lleva
y no te vuelvo a ver.

Formaré junto a mis compañeros
que hacen guardia sobre los luceros,
impasible el ademán,
y están presentes en nuestro afán.

Si te dicen que caí,
me fui al puesto que tengo allí.

Volverán banderas victoriosas
al paso alegre de la paz
y traerán prendidas cinco rosas:
las flechas de mi haz.

Volverá a reír la primavera,
que por cielo, tierra y mar se espera.

Arriba escuadras a vencer
que en España empieza a amanecer.